

## COMUNICADO DO PS ESTARREJA

Após análise do despacho instrutório do denominado processo “Ajuste Secreto”, onde o Vice-Presidente da Câmara de Estarreja vai a julgamento acusado da prática de 18 crimes, verifica-se que a gestão da câmara, a nível das obras públicas, é feita - segundo o despacho da Juíza - à margem da lei, ao sabor da vontade de uma empresa e contra os interesses dos estarrejenses.

Sobre este assunto, lê-se na página 840, Diamantino Sabina, presidente da Câmara, disse em Tribunal **“desconhecer quem faz a indicação dos membros do júri”**, acabando por referir **“não se sentir à vontade com as obras públicas, sendo tal tarefa assumida por Adolfo Vidal e respetivos técnicos”**

Ou seja, Estarreja tem um presidente que, ao fim de 20 anos na Câmara a exercer funções de jurista, chefe de gabinete, vereador com competências nas áreas do urbanismo e das freguesias, entre outras, e, por fim, presidente, “não se sente à vontade” na área central do município - as obras públicas -, e confessa não fazer ideia do que se lá passa.

Confrontados na última sessão de Câmara pela vereadora do PS, Catarina Rodrigues, os vereadores da coligação afirmam rever-se em tal gestão, o presidente solidarizou-se com o vice-presidente “até ser necessário” e, em resposta à oposição, tratou os membros do PS por “medíocres”, “mesquinhos” e sem “carácter”.

Verifica-se assim, o seguinte:

- Em tribunal, Diamantino Sabina afirma que nem se sente à vontade com as obras públicas, passando a si próprio um atestado de incompetência para presidente de câmara;
- Em tribunal, Diamantino Sabina não se solidarizou com o vice-presidente, antes atirou as culpas para cima deste e para os técnicos, o que diz bem da sua postura como pessoa: “safar-se” no tribunal e segurar o vice enquanto lhe der jeito.
- Na sessão de câmara de 24 de junho de 2021, Diamantino Sabina e seus vereadores, assumiram em ata e por escrito que se revêem na gestão do município denunciada pela Polícia Judiciária, pelo Ministério Público e pela Juíza de Instrução.

E que gestão é essa?

É permitir que, contra a lei e contra os interesses de Estarreja, seja um indivíduo de uma empresa externa a fixar o valor de obras municipais para depois indicar qual das suas empresas é que as executa. Isto, para contornar os limites da despesa pública. Ou, noutras ocasiões, executar as obras e só depois de feitas, iniciar os procedimentos exigidos por lei.

Esta prática foi levada a cabo ao longo de dois anos, apesar de ter sido dito em tribunal que a empresa presta os mesmos serviços à câmara “há 15 anos”. Além disso, ficou patente que a Câmara não pode saber se os preços da tal empresa são os mais baratos, uma vez que não era consultada nenhuma outra.

Está em causa a investigação a 9 contratos que ultrapassam 1 milhão de euros.  
É esta a gestão de Diamantino Sabina, Adolfo Vidal, Isabel Simões Pinto, João Alegria e Carlos Amador na Câmara de Estarreja, e é com esta maneira de governar que querem continuar à frente dos destinos do município.